

COMENTÁRIO À CONFERÊNCIA INVESTIGAR A PRÁTICA: PERSPETIVAS DA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO

Carla Cibebe Figueiredo, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Boa tarde, antes de mais obrigada pelo convite. É um prazer estar com a professora Isabel Lopes da Silva que não via há muitos anos. Cruzámo-nos de facto na nossa vida profissional, ambas a trabalhar no Instituto de Inovação Educacional. Na altura, eu tinha feito no Instituto alguns estudos de campo, mas estava um bocadinho insatisfeita com os estudos de caso, na medida em que se tratava de estudar apenas a realidade das escolas e, quando a investigação terminava, não havia nenhum trabalho posterior com as escolas nem com os respetivos professores. Sentia que tinha de experimentar a investigação-ação por ser uma metodologia diferente, que contemplava um trabalho de natureza mais interventiva. Atendendo a que estava a desenvolver uma dissertação no âmbito do mestrado fui bater ao gabinete da professora Isabel, perguntando-lhe o que achava se eu seguisse uma metodologia de investigação-ação nesse âmbito. Ao contrário do que esperava, não me deu uma simples resposta; fez-me novas perguntas. Perguntou-me: quanto tempo tens? Como é que é a universidade? Isso é para fazer com uma equipa ou sozinha? Ou seja, uma série de perguntas que me ajudavam a questionar a hipótese de fazer um projeto de investigação-ação, algumas das quais tivemos hoje aqui oportunidade de ouvir na sua comunicação.

De facto, eu lancei-me nessa aventura porque tinha algumas das condições, nomeadamente, não estava sozinha e tinha um ano de bolsa concedida pelo Ministério da Educação para poder trabalhar numa escola com professores. Tinha também algum tempo, porque não tinha pressa, não era propriamente como é hoje que se tem um tempo muito limitado para construir os projetos de investigação, quer no âmbito dos mestrados, quer dos doutoramentos. Nessa altura, este livro sobre investigação-ação escrito pela professora Isabel Lopes da Silva foi importante, nomeadamente pelos projetos sobre os quais hoje falou e pela perspectiva comparada que contém sobre os mesmos. Lendo-o, podemos retomar algumas das questões que colocou. De uma outra autora, a professora Isabel Guerra, temos também um outro livro que é um ótimo contributo para quem se quer aventurar na investigação-ação, ela coloca esta metodologia no âmbito da sociologia da ação, ou seja, nas teorias da ação, também aqui hoje abordadas.

Vou analisar algumas das questões que me parecem mais pertinentes. Das que foram abordadas, uma delas é a questão da cientificidade. Quando nós queremos escolher a metodologia de investigação-ação, esta questão é imediatamente colocada; há um processo de desconfiança inerente que decorre da representação que existe sobre o que é a investigação. As escolas mais clássicas de investigação têm uma visão positivista que conheço bem, uma vez que estudei Psicologia e aprendi que a investigação considerada “séria” é a quase experimental. A professora Isabel disse-nos muito sobre a desconfiança a que é votado um investigador a trabalhar num contexto natural, em relação com os práticos, nomeadamente sobre o perigo que constitui a contaminação da sua análise pela relação próxima com o seu próprio objeto de investigação, ainda mais quando os práticos são também parte e parceiros da investigação. Esta interação rompe com as premissas mais clássicas: como é que, ao mesmo tempo que estamos a

investigar os outros, esses outros são nossos parceiros dessa mesma investigação? Coloca em questão uma das características mais caras à investigação – a neutralidade do investigador. Como é que um investigador imerso na realidade que estuda consegue ter a neutralidade suficiente para construir os saberes teóricos e com isso provar a cientificidade da investigação?

No entanto, se nós analisarmos esta questão mais em profundidade, percebemos que nem a investigação-ação nem nenhuma outra é neutral, ou seja todas elas têm hipótese de influenciar as realidades com as quais se confrontam e em todas o investigador sofre a influência do objeto que estuda. Se é verdade que no mestrado escolhi a metodologia de investigação-ação de forma assumida, no doutoramento não o fiz, no entanto lembro-me perfeitamente que no final de uma entrevista longa, de quase hora meia, quando cheguei a casa tinha um mail da pessoa que eu tinha entrevistado a dizer-me assim: a tua entrevista fez-me pensar em toda a minha vida, foi um processo reflexivo intenso e ainda agora estou a pensar. Ou seja, apesar de eu achar que ia fazer apenas uma entrevista, tinha provocado qualquer coisa no outro e o outro em mim; tinha havido mudança, mesmo que dificilmente objetivável. Portanto esta questão da neutralidade que é sempre colocada como um obstáculo relativamente à investigação-ação, não é apenas dela; existe também noutros tipos de metodologia de investigação.

Assim, como referiu a doutora Isabel, ser ou não ser científico não existe, quanto muito há uma aproximação às características da investigação em termos de grau: mais ou menos neutral, mais ou menos em contexto real de investigação, etc. Em jeito de conclusão talvez se possa dizer que toda a investigação deve ser capaz de gerar saberes. No caso da investigação-ação, embora eles sejam produzidos em relação a uma situação exclusiva e particular podem ser confrontados com a teoria que lhes deu origem e, desse modo, criar novas abordagens teóricas. Essa é uma forma de se evidenciar a cientificidade da investigação-ação. Fazê-lo não é pouco exigente; ao contrário do que muita gente pensa, é muitíssimo exigente. E é exigente porque requiere atenção permanente, quer ao processo da própria investigação, quer à mudança que se pretende proporcionar. De facto, não é apenas propor mudança, mas sim regulá-la e analisá-la. Só assim seremos capazes de retirar contributos teóricos significativos. Um dos aspetos mais importantes da investigação-ação é o de evidenciar como os contextos se podem alterar para responder a problemas neles identificados. E nisto a investigação-ação não é assim tão diferente de outros tipos de investigação; todas têm por objetivo trazer e produzir novos saberes. Digamos que o processo de construção do saber é que difere de metodologia para metodologia. No caso da investigação-ação, é um processo extremamente rico, sobretudo para quem o faz, designadamente porque a investigação não é apenas propriedade do investigador. O sentido do que faz não depende de alguém o ouvir num congresso ou de ler a sua tese. Como o processo de construção do saber e o próprio saber é assumido num coletivo, a reflexão sobre os conceitos em uso é permanente e assim suscetível de influenciar de forma mais eficaz as práticas, o que gera satisfação ao investigador que vê naturalmente reconhecida a utilidade da investigação e aos práticos que reconhecem o interesse que a investigação pode ter para eles. Para além disso, o investigador é todos os dias questionado e desafiado, não apenas no final do seu trabalho. Na investigação-ação, não se verifica tanto o que acontece com outro tipo de metodologia, em que nos interrogamos tanto sobre a pertinência da investigação: será que alguém nos vai ouvir? Alguém vai usar isto? Alguém...?

Depois, a segunda questão: como é que são produzidos os saberes práticos? Quais as técnicas de recolha de dados a usar? Na maior parte dos casos, são os próprios contextos que nos ditam quais as técnicas mais apropriadas; não partimos com tantas ideias prévias e, sobretudo, procuramos técnicas menos invasivas que possam ser deduzidas dos próprios contextos e construídas com as

próprias pessoas. Com frequência se analisam as coisas (artefactos) que fazem parte do dia-a-dia das pessoas, não se usando propriamente técnicas ou instrumentos construídos. Por exemplo, eu lembro-me que na tese de mestrado recolhi desenhos de dezasseis turmas do primeiro ciclo do Ensino Básico. Os desenhos eram sobre a própria criança, sobre o seu lar, a sua família e o seu bairro. Não fui eu que pedi às crianças que os fizessem, mas sim os seus professores. Eles eram os meus parceiros na recolha destes dados; tinham de compreender para o que os estávamos a recolher, qual o seu sentido dentro da investigação.

O material produzido em contexto é desafiante em termos de análise, uma vez que é necessário manter o rigor e ter um quadro de análise baseado na teoria, mas dificilmente encontramos um livro de metodologia que contenha uma técnica de análise que corresponda à especificidade do que recolhemos. No caso da análise destes desenhos era necessário ter uma lente teórica por trás, caso contrário não fariam qualquer sentido. Na discussão da análise dos dados há que ir buscar os referenciais teóricos que nos permitam fazer este trabalho e partilhá-lo com as pessoas. A diferença é que essa teoria pode, pouco a pouco ser partilhada com os práticos, fazendo com que eles também se apropriem do sentido das coisas. Depois, a teoria, no confronto com as práticas também se modifica, se aprofunda, se diversifica e é por isso mesmo que se constrói saber novo, se traz outras coisas que acrescentam a teoria de base.

E vou terminar. Está quase na hora, só quero salientar o contributo da professora Isabel para desfazer certas dicotomias tradicionais na investigação (que são úteis quando estamos a começar, mas inúteis depois, quando se ganha experiência) como, por exemplo, a de um investigador se posicionar pelos estudos qualitativos e se opor aos estudos quantitativos ou vice-versa. Não precisamos de reclamar apenas uma única identidade. Na tese de mestrado escolhi analisar uma escola que encarava a multiculturalidade como alguma coisa negativa e não positiva, como acontece tantas vezes; era alguma coisa que complicava a vida da escola e que não a enriquecia. A teoria dizia que a Educação Intercultural passa por evidenciar a diversidade cultural como uma riqueza. Contudo, de pouco adianta ir às escolas e dizer isso. Não terá nenhum efeito sobre as pessoas. O desafio estava em construir um projeto de investigação que levasse as pessoas a olhar, a assumir a sua própria realidade de uma forma diferente e a querer mudar as suas próprias práticas de trabalho na relação da multiculturalidade. Neste caso específico um estudo quantitativo não faria sentido, no entanto noutros casos, e face à questão de um melhor conhecimento da multiculturalidade, pode fazê-lo. Uma das conclusões que tirei naquele contexto é que as designadas minorias (estes termos também são complicados) tinham de facto muitas raízes culturais, tinham uma relação com memórias construídas em família. Ainda que já tivessem perdido a ligação à terra de origem dos pais, as suas referências eram já construídas no bairro. O mesmo não acontecia com a maioria das outras crianças que não tinham praticamente nenhuma memórias culturais relacionadas com os seus avós, nem possuíam um reportório de histórias, jogos ou canções significativo, muitas vezes nem rituais associados à sua família. As formas de pertença e apropriação da cultura em relação com a etnia eram assim muito diferentes e esse olhar, trazido com o contributo da investigação representava alguma coisa de novo para os professores da escola.

A conferência da professora Isabel Lopes da Silva diz-nos que, embora difícil, a investigação-ação é uma prática investigativa possível e desejável. Acrescentava só uma última questão: nos institutos politécnicos temos uma grande proximidade às instituições de terreno, ou gostaríamos de a ter. Assim, e por isso mesmo, devíamos dar um contributo muito especial para fazer circular e difundir os saberes construídos através de projetos de investigação-ação. Se repararem não temos nenhuma revista de investigação-ação, não há neste domínio uma

tentativa para afirmar a investigação-ação como uma metodologia cientificamente válida. Seria importante nós pensarmos como é que podemos de facto fazê-lo.